

Teleologia e economicismo em Caio Prado Jr.: um olhar sobre o debate

Wolfgang Lenk¹

Alessandro André Leme²

RESUMO:

Que lugar tem a obra de Caio Prado Jr. no pensamento social brasileiro de hoje? Embora este seja um debate idoso e, muitas vezes, improfícuo, ainda está longe de uma síntese satisfatória. A pergunta divide estudiosos da história do Brasil em pólos comunicáveis, pelos quais a obra caiopradiana pode ser vista tanto como irremediavelmente ideológica e anacrônica quanto como a mais relevante e realista das interpretações da história nacional. No presente trabalho, pretende-se elencar um conjunto de comentadores do pensamento de Caio Prado Jr., arrolar suas considerações e ponderá-las com a obra do autor, no tocante a dois pontos do debate: o traço teleológico contido no “sentido da colonização” e a relação entre história e ciência social em suas proposições.

Com as primeiras linhas de “O sentido da colonização”, capítulo que abre sua obra de 1942, Caio Prado Jr. introduziu o leitor a sua proposta de compreensão da realidade brasileira:

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham

¹ Doutor em História Econômica e Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

² Doutor em Ciência Política e Professor do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.

sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. É isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja. Tal indagação é tanto mais importante e essencial que é por ela que se define, tanto no tempo como no espaço, a individualidade da parcela de humanidade que interessa ao pesquisador: povo, país, nação, sociedade, seja qual for a designação apropriada no caso. É somente aí que ele encontrará aquela unidade que lhe permite destacar uma tal parcela para estudá-la à parte.³

O trecho anuncia, portanto, que a especificidade do Brasil será analisada a partir das relações com o contexto onde se formou e, sobretudo, pelo “sentido” que se pode observar na síntese dos acontecimentos como um todo. Expressamente, a palavra significa rumo, direção, “uma linha mestra e ininterrupta”. Embora tal sentido tenha uma “ordem rigorosa”, a palavra nos é primeiro apresentada entre aspas, talvez indicando que o autor pretenda valer-se dela *cum grano salis*. Este rumo é observado nos acontecimentos que dizem respeito a um povo específico, mas a partir da realidade histórica mais ampla. Busca-se uma “parcela da humanidade” em sua “individualidade”, uma parte de um todo como um todo, com uma “orientação” específica. Como se vê, imediatamente se põe o problema: é necessário estabelecer uma relação entre o “interno” ou “imane” e o “externo” ou “heteronômico”, a “evolução” desse povo por si própria e por sua parcela do quadro mais geral:

O sentido da evolução de um povo pode variar; acontecimentos estranhos a ele, transformações internas profundas do seu equilíbrio ou estrutura, ou mesmo ambas estas circunstâncias conjuntamente, poderão intervir, desviando-o para outras vias até então ignoradas.⁴

A esta afirmação segue-se não uma proposta de organização lógica, mas um exemplo na história portuguesa. O externo (a “evolução geral da civilização do Ocidente”) e o interno (a “invasão árabe”), em síntese, formaram “um país marítimo”, que ganha autonomia de sua matriz original. Para o caso do povo brasileiro, este processo de síntese deve ser observado a partir da emancipação política, por sua

³ Caio PRADO Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 29ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 7.

⁴ *Ibidem*, p. 8.

conjuntura e suas características específicas (como o autor já havia se posto a refletir desde *Evolução Política do Brasil*, de 1933):

Não nos interessa aqui, é certo, o conjunto da história brasileira, pois partimos de um processo preciso, já muito adiantado dela, e que é o final do período de colônia. Mas este momento, embora o possamos circunscrever com relativa precisão, não é senão um elo da mesma cadeia que nos traz desde o nosso mais remoto passado. Não sofremos nenhuma descontinuidade no correr da história da colônia. E se escolhi um momento dela, apenas a sua última página, foi tão-somente porque, já me expliquei na Introdução, aquele momento se apresenta como um termo final e a resultante de toda nossa evolução anterior. A sua síntese. Não se compreende por isso, se desprezarmos inteiramente aquela evolução, o que nela houve de fundamental e permanente. Numa palavra, o seu *sentido*.⁵

A disposição dos elementos desta síntese é bem conhecida de todos. Em si, as colônias portuguesas eram pouco mais que “uma vasta empresa comercial”. Para si, “um tipo de sociedade inteiramente original”. O Brasil (“uma das resultantes”) formou-se então a partir de uma sociedade de “acentuado caráter mercantil”, entretanto “alguma coisa mais que um simples ‘contato fortuito’”, uma “sociedade com características nacionais e qualidades de permanência”, para muito além da “simples empresa de colonos brancos distantes e sobranceiros”. Na independência, “os elementos constitutivos da nossa nacionalidade (...) desabrocham e se completam” – assim, havia sido possível, no livro de 1933, entendê-la não pelas circunstâncias de 1822, mas pelo processo que vai de 1808 a 1831, com movimentos revolucionários e contra-revolucionários.⁶

O problema é que a negação do caráter colonial não se resolve. A colonização portuguesa era “mais completa que a antiga feitoria, *mas* sempre com o mesmo caráter que ela”. Deu-se origem a “algo de novo”, um “organismo social completo e distinto”, uma “população bem diferenciada e caracterizada” e “até uma consciência”. Todavia, este “caráter mais estável, permanente, orgânico (...) só se revelará aos poucos, dominado e abafado”.⁷ Ao início do século XIX, os elementos autônomos que “desabrocharam” no processo de independência amalgam-se com uma organização social cujo traço heteronômico, a subordinação ao capitalismo internacional, era-lhe “a

⁵ *Ibidem*, p. 8 (grifo no original).

⁶ “A Revolução”, In: *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

⁷ *Formação do Brasil Contemporâneo*, op.cit.. pp. 19-20 (grifo nosso).

natureza íntima de sua estrutura”. Tal era sua força que dispensava a política do Reino para reproduzir a exploração colonial: “A responsabilidade da metrópole estava já então apenas em contribuir com sua ação soberana para manter uma situação que se tornara, mesmo apesar dela, efetiva; mais forte aliás que seus propósitos, fossem eles em sentido contrário, o que não era o caso”.⁸

Sendo assim, o “sentido”, a “linha mestra” que propõe como síntese da história brasileira é contraditória. A particularidade da nação brasileira é a indissociabilidade de sua negação. Desenvolve-se a imagem brevemente sugerida por Sérgio Buarque de Holanda: somos “deterrados em nossa terra”. Este caráter colonial revela-se mais que uma herança do passado ou da metrópole, mas uma economia política própria.

Por conseguinte, é inegável que o discurso histórico caiopradiano tem um *telos* absolutamente claro: a emancipação nacional. Este é o projeto social que norteia a construção dos elementos narrativos e do argumento que se compõe – a “intriga”, se quisermos.

A utopia da realização plena da nação não era, aliás, exclusividade de Caio Prado Jr., mas um elemento marcante na produção histórica brasileira da década de 1930. Em seguida aos eventos que culminaram no fim da Primeira República, a instabilidade institucional e a pluralidade crescente de forças políticas significava uma abertura de perspectivas e um sentimento de urgência na construção nacional – Mário de Andrade, por exemplo, definia a sociologia como a “arte de salvar rapidamente o Brasil”. Os rumos da formação nacional (a “Revolução Brasileira”) como sentido para os acontecimentos eram uma busca onipresente, a reboque do discurso legitimador da “Revolução de Outubro”. Em grande medida, aliás, tal busca era resultado das próprias desilusões com o movimento “revolucionário”, com o qual muitos desses intelectuais, assim como Caio Prado Jr., estiveram pessoalmente envolvidos.⁹ Em oposição à utopia nacional estava o “caos”, a “desordem”, o “Brasil errado” – uma avaliação da realidade que provavelmente teve influência na leitura (muitas vezes depreciativa) que *Evolução Política do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo* fazem dos elementos internos,

⁸ Ibidem, p. 125.

⁹ Vavy Pacheco BORGES, “Anos trinta e política: história e historiografia”. In: Marcos Cezar de FREITAS (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

constituintes da nacionalidade brasileira em seus primórdios, como “incapazes” ou “inorgânicos”.

Se o “sentido da colonização” era uma proposição razoavelmente familiar para o leitor da década de 1940, e estava destinada (*sic*) a se tornar um marco duradouro na historiografia brasileira, com o alvorecer do século XX o conceito tornar-se-ia cada vez menos palatável. Esmoreceu-se a força das “filosofias da história”, sobretudo com a desilusão resultante da visível continuidade de uma luta de classes na União Soviética posterior à revolução. Naturalmente, a produção histórica não foi simplesmente varrida pelos novos tempos, e temas como este permaneceram como objeto de reflexão. Mas o público em geral, entre o ceticismo (não há sentido nenhum) e o relativismo (há múltiplos sentidos, dependendo-se do ponto de vista), tornou-se muito descrente de que a história em geral tenha um sentido.

Entretanto, não se pode afirmar peremptoriamente que essa busca de um “sentido” implica em anulação teleológica da historicidade. Nas palavras de Remo Bodei, até pouco tempo atrás “a ‘história’ *pressupunha* (...) sequências objetivas, nexos lógicos internos aos próprios acontecimentos”.¹⁰ Sem isso, é impossível definir a relevância histórica dos acontecimentos específicos – vale dizer, não existe discurso histórico apenas do específico, sem qualquer relação entre o geral e o particular.

Na historiografia das grandes teleologias a história também esteve presente. Mesmo em Agostinho de Hipona. O sujeito da história cristã é a humanidade como um todo (*totum genus humanum*), e os acontecimentos são observados no contexto de uma longa peregrinação humana até a Cidade de Deus, com ênfase na educação e no livre-arbítrio. Mas esse “sentido” portanto implicava em uma leitura otimista e universal da salvação, que acabava por se opor a um presente estático, um “vale de lágrimas”, e portanto implicava em umnexo histórico (ainda que tênue) entre o intra-mundano e o extra-mundano. Essa interpretação aparece principalmente em Gioacchino da Fiore: se Deus se manifesta em todas as coisas e todos os lugares, a explicação para os acontecimentos só pode ser buscada neles mesmos. É portanto pela história da existência humana que se caminha para a “idade do Espírito Santo”, o “Terceiro Reino”,

¹⁰ Bodei, Remo. *A história tem um sentido?* (Coleção História, s.n.). Bauru: Edusc, 2001, p. 13

a “vitória da fraternidade e do amor”. É claro que são muitos os problemas, mas não se pode negar a esse discurso que teleologia e historicidade estavam imbricados de forma inseparável.

É possível afimar algo diferente sobre a historiografia moderna? A própria “modernidade” é uma implicação de sentido, mas não necessariamente de um percurso retilíneo para a história humana. Em Adam Ferguson e Adam Smith, o desenvolvimento etapista e a “mão invisível” são a projeção sobre o todo de um gênero humano de indivíduos atomizados. Ainda assim, é conhecido que são obras que permitem diálogo com a história, a partir das atitudes individuais e da especificidade dos povos (mesmo que, numa perspectiva similar ao livre-arbítrio, aprisione tais opções históricas a um resultado apriorístico). Em Condorcet e Fichte, o progresso segue entre uma cadeia do Destino e as manifestações do Acaso, resultados das possibilidades históricas e do cálculo de probabilidades pelos seres humanos, movidos por aspirações de justiça e liberdade que atuam como forças físicas, “incomprimíveis”. Em Herder, Kant e Hegel, a polifonia das culturas nacionais caminha para a constituição de um novo gênero humano, de caráter imprevisível. A mudança é incessante, inexorável, e o discurso recusa-se a estabelecer uma “natureza humana”, ainda que em cada um deles seja diferente o móvel interno desse processo de heterogênese.

Em geral, portanto, a produção histórica sempre foi elaborado a partir de uma relação entre a historicidade dos acontecimentos e “pontos de sentido”. Mas o que se deve destacar é que essa relação jamais foi resultado de opções meramente técnicas, mas sobretudo sugerem um “sujeito” para a história: a consciência cristã; o *homo oeconomicus* (racional e egoísta); o *homme raisonnable*; o proletariado. Para o filósofo italiano, a necessidade de um sujeito para a construção da narrativa implica na necessidade de um sentido. Se a falência das “filosofias da história” implicou em sua releitura como “técnicas e teorias narrativas”, a busca da fronteira entre a história e a literatura, isso não quer dizer que seja possível uma história um recurso de “sentido”. Mesmo que não seja explícito, ele está sempre presente:

O fato de que hoje, as já exorbitantes pretensões de compreensão e de antecipação dos acontecimentos tenham se reduzido bastante, não implica automaticamente o seu desaparecimento, com a conseqüente ruína de qualquer ‘filosofia da história’, mas o seu ocultar-se pela dificuldade de encontrar critérios de juízo comuns e homogêneos para enquadrar os acontecimentos. Entretanto, a alternativa não consiste em escolher entre

pretensas histórias assépticas, depuradas de qualquer pressuposto, e filosofias apriorísticas ou intencionais, mas sim no explicar as premissas subjacentes e as conseqüências hipotéticas de toda narração que pretenda compreender acontecimentos “reais”, a fim de submetê-las a razoáveis exames críticos, metódicos e comparativos. Quando falta essa consciência, as filosofias da história miniaturizadas e dissimuladas grassam, apesar de fingirem não existir.¹¹

Em particular, Remo Bodei menciona a crítica de Ginzburg a Hayden White: não existe a opção por uma narrativa “asséptica, depurada de qualquer pressuposto”, porque ela necessariamente baseia-se em provas, “controles que não podem ser substituídos pela habilidade artística do historiador”. É preciso escrever a história “*wie es eigentlich gewesen*”. Se o discurso pressupõe uma veracidade, portanto ele pressupõe um juízo. Assim, “é necessário constituir também o sujeito do juízo, o ‘nós’ como referência. A história tem tanto mais sentido quanto nela mais se encontra um ‘nós’ hospitaleiro, capaz de agregar consenso, de registrar um acordo confrontando e entrelaçando as histórias particulares segundo critérios de relevância obtidos em comum por aqueles que as examinam”.¹² Podemos, talvez, questionar o filósofo se a relação entre teleologia e historicidade é equilibrada no mesmo peso em todos os exemplos que menciona. Possivelmente, ele concordaria que todas essas considerações não anulam os problemas graves que “filosofias apriorísticas e intencionais” podem efetivamente resultar para a escrita da história. Para nossa reflexão, todavia, seus argumentos são suficientes para, em primeiro lugar, constatar que a descrença contemporânea em um “sentido” provavelmente prejudica nossa reflexão sobre Caio Prado Jr; segundo, que tal descrença é um fenômeno delimitado na historiografia, e a relação entre teleologia e historicidade não é necessariamente de oposição automática; terceiro, que essa relação depende de como se identifica o “sujeito” do discurso histórico, o “nós” que agrega o historiador e o leitor para quem se dirige.¹³

Talvez em consonância com esse argumento, não se pode afirmar que, no revisionismo crítico da obra de Caio Prado Jr., o “sentido da colonização” é uma proposição teleológica apenas porque é uma proposição de “sentido”. Pelo contrário, os principais revisionistas buscaram explicitamente superar essa proposta para que se

¹¹ Ibidem, p. 66-7.

¹² Ibidem, p. 68.

¹³ Para uma reflexão ulterior sobre o tema, veja-se José Jobson de Andrade Arruda. *Historiografia: teoria e prática*. (Coleção História Econômica). São Paulo: Alameda, 2014, pp. 34 e segs.

pudesse melhor apreender a história brasileira em sua especificidade, a partir da avaliação de que a moldura caiopradiana deixava pouco espaço para uma lógica interna dos acontecimentos. Implicitamente, não é a ausência de qualquer sentido que se busca afirmar, mas uma revisão do sentido da formação nacional conforme era entendido em *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Tome-se, por exemplo, a crítica de Antônio Barros de Castro. Segundo sua perspectiva, o “sentido da colonização”, “definido, seja por mercadores, seja pela política colonial”, significaria que “a vida material da colônia seria algo amorfo, uma matéria sem consistência própria, indefinidamente plasmada e replasmada em função de interesses externos”. Por conseguinte, propõe que as vicissitudes do processo de colonização alteravam o seu sentido geral: “A produção em massa de mercadorias cria raízes no Novo Mundo, objetivando-se sob a forma de um complexo aparato produtivo. O ‘objetivo’ maior desta realidade – o seu ‘sentido’ se se quiser – lhe é agora *inerente*: atender as suas múltiplas necessidades, garantir a sua *reprodução*”.¹⁴ Assim, devido à onipresença da escravidão e da especificidade de sua organização, “já na segunda metade do século XVII ensaia-se o surgimento de uma nação”.¹⁵ Vale dizer, a estrutura produtiva e social criada como um meio do comércio colonial tornou-se rapidamente um fim em si mesma. Como exemplo disso, menciona-se a necessidade que a Coroa tinha de “ter em conta as determinações que se estabelecem ao nível da produção”, os limites que assim eram impostos à legislação de cunho mercantilista, os inúmeros casos de “militância bem-sucedida” por parte de senhores de engenho e a diversificação produtiva para além do açúcar.

Ademais, Castro refletiu longamente sobre as semelhanças existentes entre o processo de trabalho na *plantation* escravista e no capitalismo agrário, e entre o engenho de açúcar e a produção fabril. Em sua interpretação, tais semelhanças derivam da “conformação interior” da organização social da colônia, que se formou “associada aos primórdios do capitalismo, cresce e se multiplica acoplada a ele”, de forma que as “conexões externas” do mercado colonial são desnecessárias para sua compreensão. Sua

¹⁴ Antônio Barros de Castro, “A economia política, o capitalismo e a escravidão”. In: Lapa, José Roberto Amaral (ed.) *Modos de produção e realidade brasileira*. (Coleção História Brasileira, 5). Petrópolis: Vozes, 1980, p. 88 (grifo nosso).

¹⁵ *Ibidem*, p. 106

especificidade histórica foi então o fundamento na coerção extra-econômica do escravo. Sua especificidade histórica foi então o fundamento na coerção extra-econômica do escravo: “não há em princípio mecanismos sócio-econômicos a determinar seu comportamento”. Ele “não tem o seu caráter social efetivamente moldado pelo regime de produção”. Subsunção formal, portanto, e não real, nos termos do capítulo VI inédito do capital, que já havia sido publicado em português nesse período.

Por fim, o economista criticou a interpretação do escravo como um elemento absolutamente passivo na história brasileira. Destaca-se, por exemplo, o Tratado de Paz assinado entre colonizadores e escravos do Engenho Santana de Ilhéus em 1789. Mesmo que esse movimento de resistência tenha sido derrotado anos depois, Castro enfatiza a viabilidade histórica de uma constestação ampla do regime escravista por parte de suas vítimas ainda no século XVIII. Da mesma forma, ressalta a importância da “brecha camponesa”, de Ciro Flamarion Cardoso. As mudanças sociais na América colonial, durante o alvorecer do século XIX, teriam portanto dependido da “intensidade, direção e êxito” da resistência escrava e popular, de maneira a determinar o “sentido” da história nas diferentes nações, mas subestimada por Caio Prado Jr. (embora este tenha dedicado inédita atenção a esses movimentos, mesmo que talvez de forma no livro de 1933). Em resumo:

Estas são as razões fundamentais que impossibilitam estudar o regime social imperante no nosso passado através das condições e necessidades da produção de mercadorias. As determinações que daí provem existem e tem seu espaço. Limitar-se a elas – e/ou ao seu ‘sentido’ – no entanto, é tomar os escravos como se apenas emprestassem um colorido especial à história, ou, pior, talvez, como se as características por eles introduzidas na economia e na sociedade fossem apenas outras tantas ‘irracionalidades’¹⁶.

Ciro Flamarion Cardoso também não nega a existência, as características e a relevância da *plantation* escravista e da exploração colonial (por exemplo, como determinante das condições de possibilidade da “brecha camponesa”). Mas também discorda que se deve ver nelas aquela “linha mestra” a conduzir por si só os acontecimentos:

¹⁶ Ibidem, p. 106.

As sociedades que se constituíram na América Latina e nas Antilhas em decorrência do surto comercial e colonizador da Europa moderna colocam o pesquisador interessado no seu estudo diante de um verdadeiro dilema. Tais sociedades só revelam o seu pleno sentido se foram consideradas como integrantes de um sistema mais vasto, na medida em que surgiram como anexos complementares da economia européia, dependentes de áreas metropolitanas, elementos que devem ser levados em conta na análise que pretenda descobrir a racionalidade das estruturas econômico-sociais das colônias. Mas também é verdade que as atividades de conquista e colonização tiveram como resultado o aparecimento de sociedades cujas estruturas internas possuem uma lógica que não se reduz exclusivamente ao impacto da sua ligação com o mercado mundial em formação e com as metrópoles européias. Por isso, a sua concepção em termos de anexos complementares, de partes constitutivas de conjuntos mais amplos, mesmo sendo – como é – um momento central da pesquisa, é claramente insuficiente. Sem analisar as estruturas internas das colônias em si mesmas, na sua maneira de funcionar, o quadro fica incompleto, insatisfatório, por não poderem ser explicadas algumas das questões mais essenciais (como o porquê das *diferenças* profundas constatáveis na época colonial como na atualidade, entre as estruturas econômico-sociais do México, da Costa Rica e do Brasil, por exemplo).¹⁷

Trata-se, em sua interpretação, de um “dilema”: não se pode falar das colônias sem considerá-las parte de um todo, mas não se pode ignorar . A “lógica” interna dos acontecimentos (o seu “sentido”, supões-se) só pode ser compreendida como parte de um “sistema”, mas também como um conjunto de “estruturas internas” em si próprio. Sem qualquer um dos lados, a análise é insatisfatória. Seu ponto de vista pode ser entendido também quando critica as proposições de Fernando Novais: deve-se evitar a generalização imprecisa do regime de trabalho na América Colonial, o reducionismo a uma categoria genérica de “trabalho compulsório”, a obscurecer as especificidades regionais. Para Ciro Caroso, não porque Novais as ignorasse, mas “a sua exposição certamente não concede a estes outros elementos ligados à análise *interna* das sociedades americanas a importância que merece”. Mais uma vez, portanto, não se trata de recusar qualquer noção de “sentido” na história, mas uma crítica à maneira como foi proposta em *Formação do Brasil Contemporâneo*.¹⁸

¹⁷ Ciro Flamarion Cardoso, “As concepções acerca do ‘Sistema Econômico Mundial’ e do ‘Antigo Sistema Colonial’: a preocupação obsessiva com a ‘extração de excedente’”, In: Lapa, *op.cit.*, p. 118 (grifos no original).

¹⁸ Ibidem, p. 120; Sobre Fernando Novais, a crítica de Ciro Flamarion Cardoso é semelhante: “A história não aparece no seu texto como um processo ‘histórico-natural’: temos a impressão de que o ‘antigo sistema colonial’ funciona ali como uma enteléquia, uma entidade que organiza, determina, decide, em função do capitalismo industrial que virá. Mas o ‘sentido’ da história é sempre uma reconstrução *a posteriori*, feita a partir do conhecimento *post facto* de quais potencialidades e interesses de classe em disputa se impuseram – já que em cada momento da história há sempre diversas evoluções possíveis; mas

Fernando Novais, por sua vez, entende que se trata de um exemplo feliz de materialismo dialético. Em elogio a Caio Prado Jr., escrito como prefácio a uma edição comemorativa do livro de 1942, ressaltou que o “sentido da colonização” não é um pressuposto ou um axioma, mas uma síntese: “o ‘sentido, isto é, a essência do fenômeno, explica as suas manifestações, e ao mesmo tempo explica-se por elas”; é um raciocínio em dois movimentos, da aparência para a essência e da essência para a realidade.¹⁹ O “sentido” aparece como razão, explicação. Cada “segmento” (povoamento, economia, organização social) se explica por sua relação com ele, e vice-versa. Novais não fala em teleologia, mas entende que há problemas na relação entre método de investigação e método de exposição, o que exige reflexão atenta por parte do leitor.

Ao contrário de *Evolução Política do Brasil e História Econômica do Brasil*, obras que seguem a ordem cronológica dos acontecimentos, em *Formação do Brasil Contemporâneo* o método de investigação e o método de exposição coincidem. No prefácio da segunda edição de *O Capital*, Karl Marx sugere a separação entre os dois, para que o resultado tenha melhor efeito pedagógico. Neste livro, Caio Prado Jr. segue uma ordem temática, partindo do povoamento, que vai e vem da essência para a realidade (naturalmente, segundo sua interpretação), até que as várias partes formem um todo. Assim, o conjunto pode ser tomado equivocadamente por uma leitura apriorística, em que o ideal (o “sentido da colonização”) é determinante do real.

Além disso, Novais sugere que a síntese do “sentido” não foi percorrida em sua plenitude:

em nenhum caso pode tratar-se de um princípio modelador *a priori* dos processos, explicando-os a partir de um resultado futuro. Dizer que o sentido do sistema colonial mercantilista foi preparar o advento do capitalismo industrial contemporâneo não explica a racionalidade daquele sistema para os homens que o viveram” (p. 122). Para Antônio Barros de Castro, “... o fato de que em Novais o ‘sentido último’ é dado pela ‘aceleração da acumulação primitiva de capitais’, e não pelos interesses do comércio europeu (como em Caio Prado), em pouco ou nada os diferencia. A substituição do ‘objetivo’ pelo ‘significado’ apenas evita (ou melhor, oculta) a teleologia patente em Caio Prado” (p. 88, nota de rodapé 74). Essa última afirmação, incompleta, não é totalmente inteligível. Mas de fato a “externalidade da acumulação primitiva de capital comercial autônomo” é uma formulação diferente, mais desenvolvida e com novos elementos, se comparada ao “sentido da colonização” de Caio Prado Jr., em grau suficiente para que consideremos o problema da teleologia no pensamento de Fernando Novais como um tema distinto.

¹⁹ Fernando Antonio Novais, “Sobre Caio Prado Jr.” In: *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 286.

Nesse sentido, talvez se possa argüir que, no movimento de inserção no conjunto, isto é, no esforço por apreender a categoria básica, sua análise se deteve ao meio do caminho. Trata-se de definir com precisão o que deve ser inserido, e em quê; e talvez o Brasil na expansão marítima européia seja um recorte que apanhe apenas algumas dimensões da realidade, não levando o olhar até a linha do horizonte; “Brasil”, é claro, não existia, senão como colônia, e é da colônia portuguesa que trata Caio Prado Jr.: a questão é saber se não seria preciso a consideração do conjunto do mundo colonial. Expansão comercial européia é, na realidade, a face mercantil de um processo mais profundo, a formação do capitalismo moderno; a questão é saber se não seria preciso procurar as articulações da exploração colonial com esse processo de transição feudal-capitalista. Desse modo, a análise, embora centrada numa região, seria sempre a análise do movimento em seu conjunto, buscando permanentemente articular o geral e o particular. A colonização não apareceria apenas na sua feição comercial, mas como um canal de acumulação primitiva de capital mercantil no centro do sistema. Ultrapassar-se-ia a visão da simples exploração da colônia pela metrópole, pois na metrópole há uma camada social específica que se beneficia do processo, a burguesia mercantil, a qual explora também seus compatriotas; bem como, na colônia, o senhorio consegue descarregar o ônus sobre o trabalho compulsório de produtores servilizados ou escravizados. Assim se reformularia e aprofundaria a visão de conjunto. Contudo, insistimos, esta é uma crítica que parte da análise de Caio Prado Jr. e a incorpora.

Como “consideração do conjunto do mundo colonial”, quer-se dizer uma perspectiva mais completa da “formação do capitalismo moderno” e de como a colonização nela se insere. Em Fernando Novais, isso implica em observar, além da expansão comercial, a laicização da cultura e a formação do Estado. Para ele, a síntese é mais precisamente a “externalidade de acumulação primitiva de capital comercial autônomo”, o que é sem dúvida uma revisão e uma renovação da proposta original de Caio Prado Jr.

Ainda assim, para Novais a incompletude do “sentido da colonização” como síntese dos acontecimentos históricos não implica em economicismo, de vez que na análise do todo a “economia colonial” não guarda relação privilegiada com a “essência”, em comparação com o povoamento e a organização social. Demografia, economia, sociologia e política tem a mesma relação com a categoria central. São, segundo Novais, “relações de sentido” e não “relações causais”. Entretanto, suas próprias considerações acima parecem sugerir que a ênfase no econômico é relativamente maior em Caio Prado Jr. Em sua obra, Fernando Novais mostrou forte influência da Nova História (“era previsível”), e abriu o foco para a diversificação temática decorrente. Da mesma forma, sabe-se bem que isso não o levou a abandonar a perspectiva adquirida com o “sentido da colonização”.

Feitas essas considerações, observe-se ademais que o historiador recusou a crítica à “externalidade” do “sentido” que, como vimos, levou autores diferentes a chamar de teleológica a interpretação de Caio Prado Jr.:

Acumulação para fora, externa, refere-se à tendência dominante do processo de acumulação, não evidentemente à sua exclusividade; é claro que alguma porção do excedente devia permanecer (“capital residente”) na Colônia, do contrário não haveria reprodução do sistema. Não se trata, desde logo, de uma formação social capitalista que se elabora sem acumulação originária; mas com um nível baixo dessa acumulação. Externalidade de acumulação originária de capital comercial autônomo refere-se à área de produção (as colônias) em direção às metrópoles; nada tem que ver com um processo externo ao sistema, que envolve por definição metrópoles e colônias. Não cabe portanto, a increpação de obsessão com as relações externas (porque não estamos falando de nada externo ao sistema), nem de desprezo pelas articulações internas, pois estas não são incompatíveis com aquelas; trata-se, simplesmente, de enfatizar um ou outro lado, de acordo com os objetivos da análise.

Resta saber se isso realmente põe uma pedra sobre o assunto. Novais afirma que a “externalidade” se refere ao espaço territorial, mas não ao sistema. Portanto, não há desprezo pelas “articulações internas”, apenas diferenças de ênfase (a depender do objeto da história). Isso quer dizer que, em termos lógicos, não há “interno” e “externo” na colonização? A formulação de Caio Prado Jr. propunha justamente que a formação da nação brasileira só poderia ser uma ruptura do passado colonial. Ou seja, só poderia ser algo que se gera para além dele, ou posterior ao seu desaparecimento. Por conseguinte, não é absurdo buscar na América Portuguesa acontecimentos específicos que, escapando à lógica estrita da formação do capitalismo moderno, teriam (ou não) influência na posterior construção do projeto nacional, ao longo do século XIX, mesmo que tais elementos fossem apenas derivações inusitadas do processo de colonização. Pode-se dizer, por exemplo, que a memória de Palmares não tem um papel importante no imaginário que hoje em dia define a nação brasileira, mesmo que aquele movimento não tivesse qualquer orientação “nacional” em si? Não seriam inúmeros esses exemplos? Talvez a teleologia esteja em imaginar, de maneira semelhante ao “modelo mercantil” da transição do feudalismo ao capitalismo, que a construção da nação brasileira é uma decorrência natural do desaparecimento de seus obstáculos, as permanências do “sentido da colonização”.

É claro que a proposição original de Caio Prado Jr., mesmo sem qualquer esforço de revisão dos termos por ele utilizados, ainda nos parece perfeitamente

plausível. Esta breve e provisória revisitação de um punhado de autores serve-nos apenas como um exercício para reflexão, por ocasião do XXVIII Simpósio Nacional de História. Todavia, são linhas suficientes para suspeitar que o problema da teleologia no “sentido da colonização” é mais que uma questão técnica para “historiadores profissionais”. Como vimos, os “pontos de sentido” para a narrativa histórica referem-se a um sujeito, um “nós” que congrega o historiador e o leitor a quem se dirige. As reflexões e dúvidas sobre o tema, portanto, revelam-se como reflexo de uma percepção cambiante da nossa nacionalidade. Caio Prado Jr. e seu contexto viveram na urgência de construir a nação. A partir dos anos 1980, da “década perdida” e da redemocratização ambivalente, da “globalização”, do entreguismo e das decepções que se seguiram, a nossa urgência é de defender o tanto que já foi construído. Talvez isso signifique que precisamos buscar em nosso passado colonial elementos “internos”, ou autônomos, mesmo que sob uma perspectiva crítica. Possivelmente, sejamos assim levados a uma postura mais anacrônica que a de Caio Prado Jr., a despeito da “profissionalização” do ofício. De uma ou de outra forma, nossa proposta aqui é refletir sobre o tema que não se oriente pela busca de um grau supostamente equilibrado entre “interno” e “externo” no discurso histórico, mas que apresente como que os dois lados se equilibraram em nossa produção histórica e o que isso pode significar sobre esse “sujeito” da identidade nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Historiografia: teoria e prática*. (Coleção História Econômica). São Paulo: Alameda, 2014.
- BODEI, Remo. *A história tem um sentido?* Trad. Reginaldo Di Piero. Bauru: Edusc, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. “Anos trinta e política: história e historiografia”. In: Marcos Cezar FREITAS (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- LAPA, José Roberto Amaral (ed.) *Modos de produção e realidade brasileira*. (Coleção História Brasileira, 5). Petrópolis: Vozes, 1980.
- NOGUEIRA, Antônio Gilberto e GONÇALVES, Adelaide (ed.) *Caio Prado Jr.: legado de um saber-fazer histórico*. São Paulo: Hucitec, 2013.
- NOVAIS, Fernando Antonio. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.



SECCO, Lincoln. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e nativismo: a história como "biografia da nação"*. (Estudos Históricos, 25). São Paulo: Hucitec, 1997.